

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	0237 NOM
Data	21/07 2001 Pg. A3
Class.	745

## O exemplo de São Sebastião

O prefeito de São Sebastião, Paulo Julião (PS-DB), fez cumprir as leis ambientais ao determinar a demolição de quatro casas de veraneio que estavam sendo construídas irregularmente em área de preservação permanente. Outros 1.200 imóveis, muitos deles valiosas casas de veraneio erguidas entre a vegetação do Parque Estadual da Serra do Mar, terão o mesmo destino, graças ao trabalho da prefeitura local, que convocou os Poderes Judiciário e Legislativo, os órgãos estaduais e as Polícias Florestal e Militar para combater os invasores.

Ao contrário do que normalmente ocorre, a ação conjunta não se limita a fiscalizações de fachada, mas a um processo completo de ordenamento, que se inicia com ações judiciais e se conclui com a devida demolição dos imóveis, a expulsão dos invasores e medidas preventivas contra novas ocupações.

Paulo Julião está dando um exemplo à maioria dos governantes, principalmente das grandes cidades que, sem uma política habitacional concreta, fecham os olhos à ocupação das áreas de preservação. Garantem, dessa forma, "abrigo para a população carente, expulsa do mercado imobiliário formal" e, principalmente, segurança para seus projetos eleitorais. Anistiar os imóveis irregulares, com prejuízo para o meio ambiente, tem sido, ao longo das últimas décadas, uma valiosa moeda de troca na conquista de votos.

Em São Paulo, essa prática levou cerca de 1,6 milhão de pessoas para a Bacia de Guarapiranga, uma área de 637 quilômetros quadrados definida por lei como região de preservação de mananciais. Loteamentos irregulares se multiplicaram a cada anistia concedida. Afinal, essa era a garantia de que o crime contra o meio ambiente compensa.

Todos os processos de regula-

rização dos imóveis ilegais e instalação de infra-estrutura básica jamais foram acompanhados de rigorosas medidas que evitassem novas invasões. Tanto que, estima-se, 600 mil pessoas se utilizam hoje de ligações clandestinas de água e esgoto nas vizinhanças das Represas de Guarapiranga e Billings. Além da destruição da vegetação, que afeta a capacidade de armazenamento dos reservatórios, a qualidade das águas está cada vez mais comprometida pela poluição doméstica.

A Prefeitura de São Paulo, que deveria fazer valer a Lei de Zoneamento, justifica sua inércia com a falta de fiscais, explicação também usual nos órgãos estaduais, responsáveis pelo cumprimento da Lei de Mananciais. Uma desculpa que ofende a inteligência já que é impossível não ver o que acontece nessas áreas,

único requisito necessário para que se tome uma providência.

No município de São Sebastião, ao invés do jogo de empurra, o prefeito promoveu a união das

### Casas construídas em área de preservação foram demolidas

esferas de governo e impôs a defesa do interesse público a partir da obediência às leis e com o emprego de escavadeiras para demolir as construções irregulares. Tanto as casas de veraneio situadas em áreas de preservação permanente como os casebres construídos em locais de risco serão derrubados, para a segurança de seus ocupantes. Esses últimos serão assistidos por programas habitacionais do governo.

O Parque Estadual da Serra do Mar é um dos poucos remanescentes de mata atlântica ainda preservados. Sua integridade é fundamental para a manutenção dos mananciais da região e da qualidade de vida das cidades litorâneas. A ação do prefeito de São Sebastião merece, assim, apoio integral e deveria servir de exemplo a todos os governantes que têm a responsabilidade sobre o ordenamento urbano e a preservação ambiental.